

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Notas Explicativas

2024

1. Informações Gerais

A Câmara Municipal de Porto Alegre, entidade jurídica de direito público, inscrita com o CNPJ nº 89.522.437/0001-07, com sede no Palácio Aloísio Filho, localizada na Avenida Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, sendo responsável por legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo.

As demonstrações contábeis são compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. Todas as demonstrações são elaboradas com base no sistema SIGEF (SIGEF/POA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal) e referem-se ao exercício de 2024, comparativamente a 2023, refletindo o registro dos atos e dos fatos da entidade.

2. Resumo das Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPCs), o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) - 10ª edição e o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) – 14ª edição, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), respeitados ainda os dispositivos formais e conceituais estabelecidos na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais dispositivos legais.

3. Base de Mensuração dos Principais Elementos Patrimoniais

3.1. Disponibilidades

As disponibilidades são representadas pelos depósitos bancários e pelas aplicações financeiras de liquidez imediata, sendo mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescido dos rendimentos até a data das demonstrações contábeis.

3.2. Estoques

Os estoques compreendem as mercadorias e os produtos acabados adquiridos para consumo, mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

3.3. Imobilizado

O imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor do custo de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, os bens móveis ficam sujeitos à depreciação contabilizada mensalmente.

3.4. Obrigações

São as obrigações de curto prazo contraídas pela Câmara, registradas com base no regime de competência e são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis. As provisões são passivos constituídos com base em estimativas das prováveis saídas de recursos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

3.5. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP

A Portaria STN nº 548/2015 aprovou, na forma de anexo, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. A Câmara Municipal está se adequando conforme as instruções técnicas do Poder Executivo do Município.

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

4. Receitas Orçamentárias

O Balanço Orçamentário, referente ao exercício de 2024, registrou um déficit de R\$ 200.091.345,16, equivalente ao valor total das despesas empenhadas.

Por conta do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e STN nº 339/2001, as receitas correspondentes às transferências de recursos financeiros recebidos para atender as despesas da entidade são orçadas na Administração Direta, desta forma, as receitas não estão contempladas no Balanço Orçamentário.

O equilíbrio orçamentário é obtido apenas no Balanço Orçamentário Consolidado do Município.

5. Despesas Orçamentárias

Para o exercício de 2024, a despesa orçamentária inicial foi fixada em R\$ 217.000.000,00. Durante o exercício, a dotação orçamentária foi reduzida e ajustada para R\$ 206.899.300,00. Desse montante, foi executado 96,7% da dotação disponível, correspondendo a R\$ 200.091.345,16 em despesas empenhadas

6. Restos a Pagar

Os Restos a Pagar referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram quitadas no respectivo exercício, seja por pendências nos trâmites de pagamento, seja pela insuficiência de recursos em caixa para sua liquidação. No exercício de 2024, foram pagos R\$ 7.891.663,43 em Restos a Pagar, sendo a maior parte relacionada a despesas com pessoal e outras despesas correntes. Além disso, no exercício, foram cancelados R\$ 2.872.826,42 em Restos a Pagar, os quais foram devolvidos R\$ 2.493.871,84 ao Tesouro Municipal.

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, definido pela Lei nº 4.320/1964, evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

7. Ingressos

O Balanço Financeiro demonstra as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte e destinação de recursos.

Os ingressos de valores ocorreram por meio das Transferências Recebidas para Execução Orçamentária, no montante de R\$ 216.899.300,00, referentes aos duodécimos constitucionais repassados pelo Poder Executivo à Câmara Municipal para a execução das despesas orçamentárias deste Poder Legislativo, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

8. Dispêndios

Os dispêndios de valores são principalmente decorrentes das Despesas Orçamentárias, no montante de R\$ 200.091.345,16, e dos Pagamentos Extraorçamentários, totalizando R\$ 66.263.819,91. As Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária, no valor de R\$ 34.846.450,31, referem-se à devolução ao Tesouro Municipal da diferença de superávit de anos anteriores e aos cancelamentos de Restos a Pagar.

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da Câmara por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

9. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende os depósitos bancários disponíveis e as aplicações financeiras, junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul e à Caixa Econômica Federal. As aplicações financeiras estão aplicadas com rentabilidade diária e liquidez imediata. Os critérios utilizados para definição de taxas e quantidade de valores aplicados foram os da necessidade e conveniência, conforme disponibilidade dos serviços por cada instituição financeira. Os rendimentos das aplicações financeiras foram repassados mensalmente ao Poder Executivo.

10. Imobilizado

Os bens móveis e imóveis estão registrados pelo valor original e ainda não foram submetidos aos processos de reavaliação e de redução ao valor recuperável, previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). A seguir, demonstra-se o resumo desses ativos:

Imobilizado	2024	2023
Bens Móveis	15.271.877,06	16.338.049,30
Bens de Informática	9.560.482,32	9.697.785,52
Móveis e Utensílios	2.826.283,68	3.287.503,66
Materiais Culturais Educacionais e de Comunicação	1.764.714,61	1.883.172,54
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	691.108,45	804.799,58
Veículos	429.248,00	664.748,00
Armamentos	40,00	40,00
(-) Depreciação Acumulada	(8.019.082,35)	(6.967.031,15)
Bens Imóveis	7.226.864,14	7.226.864,14
Total Imobilizado	14.479.658,85	16.597.882,29

Depreciação – A entidade efetua os procedimentos de depreciação mensal para bens móveis via sistema Cadastro de Bens Patrimoniais (CBP), em quotas que representam um duodécimo da taxa de depreciação anual do bem e posteriormente lançadas na contabilidade.

Bens Imóveis – a Câmara Municipal solicitou à Divisão de Avaliação de Imóveis/Equipe de Avaliação de Próprios e Locações do Executivo Municipal uma avaliação dos valores dos bens imóveis da entidade. No laudo de avaliação foram verificados os valores do terreno, construções do prédio principal, centro de convivência, galpão crioulo, unidade de geração solar fotovoltaica, sendo reportado o valor total de mercado R\$ 138 milhões. A entidade aguarda instruções da Controladoria do Município para os devidos registros contábeis.

11. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários e remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado tenha direito, encargos a pagar, benefícios assistenciais e provisão para férias, com vencimento no curto prazo.

12. Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações com consignações, retenções de impostos, garantias e depósitos judiciais.

13. Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos superávits ou déficits acumulados do Legislativo.

Resultados Acumulados	2024
Saldo de 31/12/2023	53.681.343,00
Resultado Patrimonial do Exercício	(15.163.166,09)
Saldo de 31/12/2024	38.518.176,91

Resultado do Exercício – O resultado do exercício deve-se principalmente pelas variações patrimoniais aumentativas provenientes o incremento de Transferências e Delegações Recebidas no exercício de 2024 e pelas contas de variações patrimoniais diminutivas tiveram também aumento em Pessoal e Encargos e Transferências e Delegações Concedidas.

14. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

O Superávit Financeiro é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. No exercício de 2024 o Superávit Financeiro foi apurado em R\$ 7.186.909,42 (R\$ 22.352.578,47 em 2023).

15. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas e indica o resultado patrimonial do período.

A Câmara não possui receita orçamentária própria e se utiliza das transferências financeiras de duodécimos constitucionais mensais repassados pelo Poder Executivo do Município.

As Variações Patrimoniais Aumentativas ocorreram principalmente pelas Transferências e Delegações Recebidas no valor de R\$ 216.899.300,00 (R\$ 207.600.326,31 em 2023).

No exercício de 2025, foi realizado o registro da baixa de bens inservíveis no valor de R\$ 758.561,91, decorrente das perdas ocasionadas pela enchente de maio de 2024. Esses valores foram contabilizados na conta Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, refletindo o impacto do evento sobre o patrimônio da entidade.

16. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as entradas e as saídas de caixa e classificam as atividades em fluxo operacional, de investimento e de financiamento. Além disso, evidencia também o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa da Câmara Municipal no exercício de 2024 decorre, principalmente, das atividades operacionais. Os ingressos de recursos provêm das Outras Receitas Derivadas e Originárias, enquanto os desembolsos são destinados ao pagamento das despesas com pessoal e demais despesas correntes.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2024.